



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PRIMEIRA ETAPA – PROVA OBJETIVA

S.P.Q.R.

Nome: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--

Instruções

- Leia cuidadosamente cada uma das questões, escolha a resposta correta (**A, B, C, D** ou **E**) e assinale-a **à tinta** na **folha de respostas**.
- Siga, para a marcação de sua **folha de respostas**, as especificações do modelo afixado no quadro. Não será permitida a substituição da folha em caso de marcação incorreta. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
- Iniciada a prova, não faça mais qualquer tipo de consulta. Reclamações a respeito das instruções ou do conteúdo das questões serão possíveis somente após a realização da prova, pela via adequada, à autoridade competente.
- Observe que o tempo de duração da prova é de **5 horas**.
- Verifique se este caderno contém **100** questões. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

Porto Alegre
2012



Blocos	Disciplinas	Questões
UM	Língua Portuguesa Direito Civil Direito Processual Civil Direito do Consumidor Direito da Criança e do Adolescente	01 - 40
DOIS	Direito Penal Direito Processual Penal Direito Constitucional Direito Eleitoral	41 - 70
TRÊS	Direito Empresarial Direito Tributário Direito Ambiental Direito Administrativo	71 - 100

Instrução: Para responder às questões de números **01** a **11**, considere o texto abaixo.

Sorria!

01 Na frente da câmara fotográfica, ninguém precisa nos dizer “Sorria!”; espontaneamente, simulamos grandes ale-
02 grias, sorrindo de boca aberta. Em regra, hoje, os retratos são propaganda de pasta de dentes – se você não acredita,
03 passeie pelo *Facebook*, onde muitos compartilham seus, rivalizando para ver quem parece melhor aproveitar a
04 vida.

05 O hábito de sorrir nos retratos é muito recente. Angus Trumble, autor de *A Brief History of the Smile (Uma Breve*
06 *História do Sorriso*, Basic Books), assinala que esse costume não poderia ter se formado antes que os dentistas
07 tornassem nossos dentes apresentáveis.

08 Além disso, os retratos pintados pediam poses longas e repetidas, para as quais era mais fácil adotar uma expres-
09 são “natural”. O mesmo vale para os daguerreótipos e as primeiras fotos: os tempos de exposição eram longos demais.
10 Já pensou manter um sorriso por minutos?

11 Outra explicação é que o retrato, até a terceira década do século 20, era uma ocasião rara e, por isso, um pouco
12 solene.

13 Mas resta que nossos antepassados recentes, na hora de serem imortalizados, queriam deixar à posteridade uma
14 imagem de seriedade e compostura; enquanto nós, na mesma hora, sentimos a necessidade de sorrir – e nada do
15 sorriso enigmático de Buda ou de Mona Lisa: sorrimos escancaradamente.

16 Certo: o hábito de sorrir na foto se estabeleceu quando as câmaras fotográficas portáteis banalizaram o retrato.
17 Mas é duvidoso que nossos sorrisos tenham sido inventados para essas câmaras. É mais provável que as câmaras
18 tenham surgido para satisfazer a dupla necessidade de registrar (e mostrar aos outros) nossa suposta “felicidade” em
19 duas circunstâncias que eram novas ou quase: a vida da família nuclear e o tempo de férias.

20 De fato, o álbum de fotos das crianças e o das férias são os grandes repertórios do sorriso. No primeiro, ao risco
21 de parecerem idiotas de tanto sorrir, as crianças devem mostrar a nós e ao mundo que elas preenchem sua missão: a
22 de realizar (ou parecer realizar) nossos sonhos frustrados de felicidade. Nas fotos das férias, trata-se de provar que nós
23 também (além das crianças) sabemos ser “felizes”.

24 Em suma, estampado na cara das crianças ou na nossa, o sorriso é, hoje, o grande sinal exterior da capacidade
25 de aproveitar a vida. É ele que deveria nos valer a admiração (e a inveja) dos outros.

26 De uma longa época em que nossa maneira e talvez nossa capacidade de enfrentar a vida eram resumidas por
27 uma espécie de seriedade intensa, passamos a uma época em que saber viver coincidia com saber sorrir e rir. Nessa
28 passagem, não há só uma mudança de expressão: o passado parece valorizar uma atenção focada e reflexiva, en-
29 quanto nós parecemos valorizar a diversão. Ou seja, no passado, saber viver era focar na vida; hoje, saber viver é se
30 distrair dela.

31 Ao longo do século 19, antes que o sorriso deturpasse os retratos, a “felicidade” e a alegria excessivas eram,
32 aliás, sinais de que o retratado estava seu tempo, incapaz de encarar a complexidade e a finitude da vida.

33 Alguém dirá que tudo isso seria uma nostalgia sem relevância, se, valorizando o sorriso e o riso, tornar a
34 dita felicidade prioritária em nossas vidas. Se o bom humor da diversão afastasse as dores do dia a dia, quem se
35 queixaria disso?

(Adaptado de CALLIGARIS, Contardo. *Folha de São Paulo*, junho de 2012)

01. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto (linhas 03, 32 e 33).

- (A) albuns – delapidando – conseguíssemos
- (B) albuns – dilapidando – conseguíssemos
- (C) álbuns – dilapidando – conseguíssemos
- (D) álbuns – delapidando – conseguíssemos
- (E) álbuns – delapidando – conseguíssemos

02. Considere as assertivas abaixo relativas ao texto.

- I - O autor procura demonstrar a evolução da atitude humana frente às fotos, que progrediu de uma si-sudez generalizada para a ampla exibição do sorriso sincero.
- II - De acordo com o texto, avanços tecnológicos na área da odontologia e da fotografia contribuíram para mudanças na forma de os rostos aparecerem em fotos.
- III - A configuração da família nuclear e o tempo de férias são apresentados pelo autor como não tendo uma longa história.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

03. A desconfiança do autor em relação à autenticidade do sorriso e do estado atual de permanente alegria trans-parece no uso de aspas em várias expressões do texto. Leia os itens abaixo.

- I - Utilização de aspas em **natural** (linha 09)
- II - Utilização de aspas em **felicidade** (linha 18)
- III - Utilização de aspas em **felizes** (linha 23)

Quais deles correspondem à afirmação acima?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

04. Assinale a alternativa em que são sugeridos sinônimos adequados para **simulamos** (linha 01), **Em regra** (linha 02) e **deturpasse** (linha 31), considerando seu contexto.

- (A) ostentamos – Necessariamente – adulterasse
- (B) ostentamos – De modo geral – adulterasse
- (C) ostentamos – Necessariamente – demarcasse
- (D) fingimos – Necessariamente – demarcasse
- (E) fingimos – De modo geral – adulterasse

05. Considere as seguintes sugestões de alteração em frases do texto.

- I - Deslocamento de **apresentáveis** (linha 07) para imediatamente antes de **nossos dentes**.
- II - Substituição de **ao** (linha 20) por **sobre o**.
- III - Substituição de **a dita felicidade** (linhas 33-34) por **la**, com ajuste da forma verbal anterior.

Quais delas mantêm o significado das frases correspondentes?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

06. Considere as assertivas abaixo sobre o emprego de recursos de coesão no texto.

- I - A expressão **O mesmo** (linha 09) faz referência às condições que a feitura de retratos pintados colocava para as pessoas retratadas.
- II - As expressões **De fato** (linha 20) e **Em suma** (linha 24) cumprem a função de introduzir sínteses do que está anteriormente exposto.
- III - No sétimo parágrafo, as expressões **No primeiro** (linha 20) e **Nas fotos das férias** (linha 22) estão, de certa forma, em paralelismo, na medida em que introduzem especificações da primeira afirmação do parágrafo.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

07. Considere as assertivas abaixo sobre aspectos morfológicos de palavras do texto.

- I - Com o sufixo presente na forma verbal **banaliza-ram** (linha 16), existe uma forma verbal da mesma família de **finitude** (linha 32).
- II - O radical presente em **excessivas** (linha 31) também está presente em **excepcional**.
- III - Com o prefixo presente em **incapaz** (linha 32), podem-se formar palavras da mesma família do adjetivo **apresentáveis** (linha 07).

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

08. Se, na linha 21, a expressão **as crianças** fosse substituída por **a criança fotografada**, quantas outras palavras da frase deveriam sofrer ajustes de concordância?

- (A) Seis
- (B) Cinco
- (C) Quatro
- (D) Três
- (E) Duas

09. Assinale a alternativa que apresenta uma relação **incorreta** entre a preposição (ou combinação de preposição com artigo ou com pronome) e a palavra que a exigiria dentro do texto.

- (A) **ao** (linha 21) – **mostrar** (linha 21)
- (B) **de** (primeira ocorrência da linha 22) – **preenchem** (linha 21)
- (C) **De** (primeira ocorrência da linha 26) – **passamos** (linha 27)
- (D) **de** (segunda ocorrência da linha 26) – **capacidade** (linha 26)
- (E) **dela** (linha 30) – **se distrair** (linhas 29-30)

10. Assinale a alternativa em que se estabelece uma relação **incorreta** entre um pronome e o segmento do texto por ele retomado.

- (A) **seus** (linha 03) – **muitos** (linha 03)
- (B) **sua** (linha 21) – **as crianças** (linha 21)
- (C) **ele** (linha 25) – **o sorriso** (linha 24)
- (D) **que** (linha 26) – **uma longa época** (linha 26)
- (E) **seu** (linha 32) – **o sorriso** (linha 31)

11. Considere as seguintes sugestões de alteração na pontuação do texto.

- I - Substituição do ponto e vírgula depois de **“Sorria!”** (linha 01) por ponto-final, com consequente ajuste de maiúscula na palavra seguinte
- II - Inclusão de vírgula depois de **De uma longa época** (linha 26)
- III - Apagamento da vírgula depois de **dia a dia** (linha 34)

Quais delas **não** acarretariam erro de pontuação?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

12. Em relação à Parte Geral do Código Civil, assinale a assertiva correta.

- (A) O negócio jurídico viciado pela lesão é considerado nulo; o prazo prescricional para obter a declaração de sua nulidade é de 4 (quatro) anos.
- (B) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas pode convallescer pelo decurso do tempo.
- (C) A prescrição tem por objeto direitos subjetivos patrimoniais e disponíveis, basicamente as obrigações. Não abrange os direitos de personalidade, os direitos relacionados ao estado da pessoa e os direitos de família.
- (D) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 4 (quatro) anos, a contar da data da conclusão do ato.
- (E) Diante do princípio da independência das responsabilidades, o prazo prescricional da ação de responsabilidade civil começa a contar da data do fato criminoso, mesmo que esteja tramitando ação penal relativa ao mesmo fato e independentemente do resultado desta ação.

13. Considere as assertivas abaixo.

- I - A renúncia da prescrição, na solidariedade ativa, em relação a um dos credores, aproveita aos demais.
- II - Qualquer pessoa, com exceção do incapaz, pode ser sujeito ativo de uma obrigação.
- III - Na obrigação natural, o credor tem direito de exigir o pagamento do saldo se o devedor pagou, espontaneamente, parte da dívida.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

14. Considere as assertivas abaixo.

- I - Se houver sub-rogação parcial, ou seja, o terceiro interessado pagar parte da dívida, o credor terá preferência ao sub-rogado na cobrança da dívida restante.
- II - Restabelece-se a dívida que foi quitada por João, por meio de dação em pagamento de um imóvel a Pedro, se o bem dado em pagamento tiver de ser restituído a Antônio, que obteve sentença procedente em ação reivindicatória que promovera.
- III - Na novação subjetiva por expromissão, o devedor é substituído na relação obrigacional sem o seu consentimento.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

15. Relativamente aos contratos, assinale a assertiva correta.

- (A) Tanto a venda como a doação de ascendente a descendente são anuláveis se não houver prévio e expresso consentimento dos demais descendentes.
- (B) Presume-se (presunção absoluta) *ad corpus* a venda de imóvel, quando a diferença encontrada entre a área de fato existente no terreno e aquela descrita na escritura não for superior a 5% (cinco por cento). Nesse caso, nenhuma ação cabe ao adquirente.
- (C) A doação inoficiosa é nula apenas em relação à parte que exceder a metade disponível do doador. Ao herdeiro interessado, portanto, compete ajuizar uma ação de redução da doação ao limite legal. Não pode ele pleitear a invalidação da integralidade da doação.
- (D) O avalista de título de crédito vinculado a contrato de mútuo não responde pelas obrigações pactuadas, ainda que no contrato figure como devedor solidário.
- (E) No contrato de empreitada, o dono da obra poderá reclamar dos vícios aparentes no momento em que a obra lhe é entregue, ou então no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrega da coisa.

16. Relativamente aos contratos, considere as assertivas abaixo.

- I - Tratando-se de contrato de comodato de imóvel residencial, por prazo indeterminado, cabe ao comodante, pretendendo a restituição do bem, notificar o comodatário para devolvê-lo no prazo assinado. Não havendo a restituição, pode o comodante mover a competente ação de reintegração de posse.
- II - Somente pessoas maiores e capazes podem ser mandatárias.
- III - Tendo sido prestada fiança por fiador casado, sem participação de sua esposa, esta pode pedir apenas a ressalva de sua meação, em caso de execução da garantia, permanecendo válida a fiança quanto à metade disponível do fiador.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

17. Relativamente à responsabilidade civil, assinale assertiva correta.

- (A) A responsabilidade dos pais pelos atos danosos praticados por seus filhos deriva de uma culpa presumida (*in vigilando* ou *in educando*, conforme o caso). Assim, presumem-se eles culpados – e, conseqüentemente, responsáveis –, salvo se provarem ausência de culpa.
- (B) A responsabilidade dos empregadores pelos atos de seus empregados pode abranger inclusive atos praticados com abuso ou desvio de suas atribuições, até mesmo fora do horário em que prestam seus serviços, desde que haja nexo entre tais funções e a prática do ato, no sentido de que aquelas funções propiciaram ou facilitaram a prática deste.
- (C) O ato danoso praticado em estado de necessidade é considerado ato lícito. Conseqüentemente, não gera o dever de reparar o dano por quem o cometeu, mesmo que a vítima não tenha dado causa à situação de perigo.
- (D) O ato de terceiro constitui causa de exclusão do nexo de causalidade, o que afasta a responsabilidade civil. Tal situação é considerada causa excludente tanto da responsabilidade extracontratual como da contratual, como exemplificativamente no caso do contrato de transporte.
- (E) A indenização mede-se pela extensão do dano e não pelo grau de culpabilidade de quem o causou. Assim, é irrelevante que o causador do dano tenha agido com culpa levíssima e causado um dano elevado, devendo repará-lo integralmente, sem exceções.

18. Relativamente à responsabilidade civil, considere as assertivas abaixo.

- I - A simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral, como tampouco o caracteriza a apresentação antecipada de cheque pré-datado, desde que sem dolo do apresentante.
- II - As pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos atos danosos praticados por seus agentes. Isso vale tanto para os atos comissivos quanto para os atos omissivos destes agentes, segundo jurisprudência consolidada nos tribunais superiores. A única diferença é que, tratando-se de conduta omissiva, não haverá direito regressivo contra o agente.
- III - Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

19. Considere as assertivas abaixo.

- I - Se duas ou mais pessoas possuem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- II - A posse clandestina é injusta porque tem origem no abuso de confiança.
- III - É possuidor indireto o proprietário de um imóvel adquirido com cláusula *constituti*.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

20. Considere as assertivas abaixo.

- I - Na compra e venda de bem imóvel, a propriedade é transferida ao adquirente quando da lavratura da escritura pública pelo tabelião.
- II - Se alguém, sem autorização do proprietário do imóvel, emprega materiais alheios em construção sobre terreno também alheio, o proprietário dos materiais não poderá exigir o preço respectivo do dono do terreno, se ele já houver pago a quem os empregou.
- III - O dono do prédio inferior pode não receber as águas que fluem naturalmente do prédio superior, se o escoamento dessas águas lhe causar prejuízo.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

21. Considere as assertivas abaixo.

- I - A servidão não se constitui se o dono do prédio dominante é proprietário em condomínio do prédio serviente.
- II - O prazo mínimo para o possuidor de um terreno urbano de 400 m², com intenção de dono, sem justo título, sobre o qual construiu uma casa que serve de sua residência, usucapi-lo, é de 10 (dez) anos.
- III - O condômino pode pedir, para uso próprio, a retomada do imóvel comum locado, mesmo sem a concordância dos demais condôminos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

22. Relativamente ao direito de família, assinale a assertiva correta.

- (A) Tendo a cônjuge tomado conhecimento, logo após seu casamento, de que seu marido era portador de doença grave e transmissível, capaz de causar risco à saúde dela ou da descendência do casal, as opções de que dispõe é forçar o marido a fazer um tratamento médico para tentar controlar a doença ou ajuizar ação de separação judicial fundada em culpa grave do outro cônjuge, por ter omitido o fato.
- (B) Em caso de divórcio dos pais, tendo um deles ficado com a guarda dos filhos e vindo o outro a casar novamente, perderá este o direito a supervisionar as atividades e os interesses dos filhos, pois todas as questões relativas aos filhos comuns passarão a ser decididas exclusivamente pelo genitor que permaneceu com a guarda.
- (C) Alguns anos após a separação judicial de um casal, a ex-mulher, que recebia pensão alimentícia do ex-marido, voltou a se casar. Como seu novo marido estava desempregado, a circunstância do novo casamento não faz cessar o dever do ex-cônjuge de continuar a pagar a pensão alimentícia.
- (D) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável. Por sua importância e efeitos, somente poderá ser efetuado através de um dos seguintes modos: por ocasião do registro do nascimento, por escritura pública ou por testamento.
- (E) Não só o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, mas também os avós possuem o mesmo direito. Não havendo acordo com os genitores quanto à forma de exercício de tal direito, a questão será regulada pelo juiz, que sempre resguardará os interesses da criança ou do adolescente.

23. Relativamente ao direito de sucessões, considere as assertivas abaixo.

- I - Falecendo o companheiro durante a vigência de união estável, sua companheira terá direito à sucessão daquele, recebendo a metade do que vier a tocar a cada um dos filhos do casal.
- II - Sofrenildo faleceu sem cônjuge nem companheira, sem descendentes ou ascendentes. Deixou patrimônio a partilhar, mas não havia feito testamento. Seus três irmãos também já faleceram. Os dois primeiros irmãos tinham um filho cada um. O terceiro irmão também havia deixado um filho, igualmente já falecido, mas deixou este um filho. Nesse caso, a herança será partilhada somente entre os dois sobrinhos, nada herdando o sobrinho-neto.
- III - Carlitos recebeu um apartamento de presente de seu pai. Quando o pai faleceu, Carlitos renunciou à herança paterna. Não participando, portanto, do inventário paterno, não está obrigado a colacionar o bem doado, pouco importando o montante dos bens partilháveis.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

24. Relativamente à citação, assinale a assertiva correta.

- (A) Se o oficial de justiça, ao cumprir o mandado de citação, verificar que o réu é demente, deverá certificar tal situação, cabendo ao juiz imediatamente nomear curador para apresentar defesa.
- (B) Nas ações de estado, a citação pode ser feita pelo correio.
- (C) A citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.
- (D) Não é possível a realização de citação por edital nas execuções fiscais.
- (E) Comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.

25. Há litisconsórcio unitário quando

- (A) pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir de modo uniforme para todas as partes.
- (B) entre as partes houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- (C) entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- (D) ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
- (E) cada litisconsorte tiver o direito de promover o andamento do processo, devendo todos ser intimados dos respectivos atos.

26. Assinale a assertiva **incorreta** relativamente à intervenção de terceiros.

- (A) Distribuída a oposição, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias.
- (B) É admissível o chamamento ao processo dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.
- (C) Em ação de reparação de danos movida em face do segurado, a seguradora denunciada pode ser condenada direta e solidariamente junto com este a pagar indenização à vítima, nos limites contratados da apólice.
- (D) Em caso de nomeação à autoria, se o nomeado recusar a nomeação, esta ficará sem efeito.
- (E) Em caso de denunciação à lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte, mas não poderá aditar a petição inicial.

27. Quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público, os prazos para contestar e para recorrer são

- (A) idênticos aos prazos das demais partes.
- (B) em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.
- (C) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- (D) de 15 (quinze) dias para contestar e para recorrer.
- (E) de 30 (trinta) dias para contestar e de 15 (quinze) para recorrer.

28. Assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- (B) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- (C) Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, podem ser cobrados em execução ou em ação própria.
- (D) Quando o juiz da causa for arrolado como testemunha e nada souber acerca de fatos que possam influir na causa, simplesmente mandará excluir o seu nome.
- (E) Concorrendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção.

29. Sobre a audiência no procedimento sumário, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) O réu terá o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer resposta, após a tentativa de conciliação.
- (B) O juiz decidirá de plano, na audiência, a impugnação ao valor da causa ou a controvérsia sobre a natureza da demanda.
- (C) O juiz poderá ser auxiliado por conciliador, na tentativa de obter conciliação.
- (D) O juiz poderá determinar a conversão do procedimento sumário em ordinário.
- (E) As partes podem fazer-se representar por preposto com poderes para transigir.

30. Em ação indenizatória por perdas decorrentes de expurgos inflacionários nos rendimentos da caderneta de poupança, o autor, após obter juízo de procedência, com trânsito em julgado, promove a liquidação contra o banco depositário da conta, incidente no qual se verifica inexistir diferença a ser restituída. Qual a providência a ser adotada pelo juiz?

- (A) Declarar a nulidade da ação de conhecimento.
- (B) Julgar simplesmente extinta a liquidação.
- (C) Determinar que o banco ingresse com ação rescisória.
- (D) Inverter os ônus sucumbenciais fixados na sentença da fase de conhecimento.
- (E) Arbitrar um valor devido, para dar cumprimento à sentença transitada em julgado.

31. Uma vez deferida liminarmente a antecipação total da tutela jurisdicional, sendo ela integralmente cumprida, o magistrado deverá,

- (A) constatando o descabimento do provimento liminar, após conduzida a fase cognitiva, extinguir a ação, por perda de objeto, em face da irreversibilidade do provimento antecipatório já efetivado.
- (B) evidenciado o descabimento da pretensão, julgar improcedente a ação, declarando prejudicada a reversão do provimento liminar, ante o caráter satisfativo e irreversível da medida efetivada liminarmente.
- (C) diante da incerteza do direito do autor, após travado o contraditório, julgar ainda assim procedente a ação, para confirmar a efetivação da antecipação de tutela, já que seu provimento foi satisfativo.
- (D) mesmo diante da contrariedade manifestada na contestação, extinguir a ação por perda de objeto, em face do integral cumprimento da liminar pelo demandado.
- (E) demonstrada a inexistência do direito alegado pelo autor, julgar improcedente a ação, revogando a liminar, e, sendo impossível a reversão do provimento, declarar a reversão de seus efeitos, pela via indenizatória.

32. Em face das disposições sobre o processo cautelar no Código de Processo Civil, considere as assertivas abaixo.

- I - Na ação cautelar inominada de sustação de protesto, a contagem do prazo para contestação começa a fluir a partir da juntada aos autos do mandado certificando a execução da medida liminar.
- II - Será fixada nos próprios autos da ação cautelar a indenização dos prejuízos suportados pelo requerido, quando não proposta a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar.
- III - Verificando a necessidade de realização de justificação prévia, requerida pelo autor, o magistrado deverá intimar as partes para que arrolem suas testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

33. Relativamente à ação monitória, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) O réu poderá oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, suspendendo a eficácia do mandado inicial.
- (B) Os embargos independem de prévia segurança do juízo, sendo processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.
- (C) Ajuizada execução e realizada a citação, pode o juiz, entendendo que o título executivo carece de certeza, liquidez e exigibilidade, a requerimento da parte, convertê-la em ação monitória.
- (D) Pode ser realizada a citação por edital, e, não oferecidos embargos pelo réu, ser-lhe-á nomeado curador especial que deverá apresentar embargos.
- (E) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.

34. Sobre a ação de consignação em pagamento, considere as assertivas abaixo.

- I - A sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, sempre que possível, o montante devido e, neste caso, valerá como título executivo.
- II - O réu pode alegar, na contestação, que o depósito é insuficiente, o que acarretará a improcedência da ação.
- III - Cessam para o devedor os riscos e os juros, quando efetivado o depósito por ele pretendido.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

35. A Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) **não** é aplicável

- (A) à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.
- (B) ao atendimento realizado por hospital público, tratando-se de serviço prestado diretamente pelo Estado.
- (C) às instituições financeiras.
- (D) aos espectadores pagantes de espetáculo ou evento esportivo.
- (E) aos contratos firmados com cooperativas de crédito.

36. Assinale a assertiva correta.

- (A) A ignorância do fonecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- (B) O fabricante, o produtor, o construtor e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação de danos causados aos consumidores por vício do serviço, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- (C) Se o dano for causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários o fabricante, o construtor, o importador e o que realizou a incorporação.
- (D) No caso de fornecimento de produtos *in natura* que sejam impróprios ao consumo, o único responsável perante o consumidor é o produtor.
- (E) O direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.

37. Ingressando o Ministério Público com ação coletiva de consumo contra laboratório fabricante de produtos farmacêuticos, para obrigá-lo a retirar do mercado determinado medicamento, por alegado risco à saúde ou à segurança dos consumidores, objetiva tal demanda judicial tutelar

- (A) interesses ou direitos individuais homogêneos de consumidores.
- (B) interesses ou direitos difusos de consumidores.
- (C) interesses ou direitos individuais heterogêneos de consumidores.
- (D) interesses ou direitos coletivos *lato sensu* de consumidores.
- (E) interesses ou direitos eventualmente coletivos de consumidores.

38. Quem **não** detém competência para exercer a defesa dos consumidores a título coletivo?

- (A) O Ministério Público.
- (B) A União, os Estados e os Municípios.
- (C) O Distrito Federal.
- (D) As entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos consumidores.
- (E) As associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, somente para aqueles que sejam seus associados.

39. Assinale a assertiva **incorreta**, considerando uma criança em situação de risco em razão da drogadição dos pais.

- (A) A colocação da criança no âmbito da família extensa mediante guarda, por estar sujeita à revogação a qualquer tempo, dispensa a suspensão ou destituição do poder familiar.
- (B) A criança pode ser colocada em adoção com os tios ou primos, mas não com os avós.
- (C) Não havendo familiar biológico em condições de recebê-la e não sendo o caso de tutela ou adoção, a criança poderá ser colocada sob a guarda definitiva de terceiro.
- (D) O genitor biológico que não registrou a criança, mas de cuja paternidade consta notícia nos autos, deverá ser consultado quanto ao reconhecimento e interesse em assumir a criança.
- (E) A concessão da guarda a algum membro da família extensa, haja vista estar sujeita à revogação a qualquer tempo, reveste procedimento de jurisdição voluntária e assim, mesmo não havendo o consentimento dos genitores, dispensa o contraditório.

40. Sobre a prática de ato infracional por adolescente, considere as assertivas abaixo.

- I - A não localização do adolescente para a audiência de apresentação não reveste, por si, fundamento para a decretação da internação provisória, mas autoriza a ordem de busca e apreensão do representado para essa audiência de apresentação.
- II - Considerando uma autuação por flagrante de ato infracional, não sendo o caso de liberação imediata, a autoridade policial terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar o adolescente à autoridade judicial.
- III - A falta de indícios suficientes da autoria e/ou de prova da materialidade são fundamentos para o não recebimento da representação.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

41. Considere as assertivas abaixo.

- I - Não se aplica a lei penal mais grave ao crime continuado, ainda que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade.
- II - Nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente não responde pela tentativa, porque o resultado deixa de ocorrer em virtude da sua vontade.
- III - Uma babá, embora não tenha o dever legal, como no caso dos pais, responde por omissão penalmente relevante se não agir para evitar o resultado lesivo no bebê de que cuidava.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

42. Considere as assertivas abaixo sobre o instituto do erro.

- I - O instituto do erro de proibição é uma exceção à norma de que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- II - A clássica distinção no Direito Penal entre erro de fato e erro de direito é mantida, com nomenclatura diversa, com a adoção da distinção entre erro de tipo e erro de proibição.
- III - O erro relativo à pessoa, sendo acidental, não isenta de pena, não se considerando na apreciação do fato concreto as condições e qualidades da vítima real, e sim as daquela que o agente pretendia atingir.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

43. Considere as assertivas abaixo.

- I - Os ofendículos são causa de exclusão da ilicitude, tratados pela doutrina como forma de exercício regular de direito ou de legítima defesa preordenada.
- II - Quem rechaça ataque de cão bravo, instigado o animal por desafeto, está ao abrigo do estado de necessidade.
- III - A legítima defesa putativa é considerada caso *sui generis* de erro de tipo, mesmo que versando sobre elemento normativo, como a injustiça da agressão.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

44. Considere as assertivas abaixo.

- I - Ao juízo da execução criminal resta autorizado corrigir parte da decisão condenatória que, contrariando disposição legal, fixou regime de pena semiaberto a um acusado por tráfico de entorpecentes.
- II - A lei penal admite a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direito, para o que cumpre observar, com exclusividade: o limite de pena aplicada e a ausência de violência ou grave ameaça à pessoa; a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado; bem como se os motivos do crime e circunstâncias indicarem a suficiência da substituição.
- III - No regime aberto, baseado na autodisciplina e no senso de responsabilidade, o condenado deverá exercer atividade laborativa, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada pelo juiz, permanecendo recolhido no período noturno e nos dias de folga.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

45. Associe os institutos jurídicos previstos no Código Penal (coluna da esquerda) às situações a eles relacionadas (coluna da direita).

- | | | |
|-----------------------|-----|--|
| 1 - Resultado diverso | () | O agente, visando um determinado objetivo, termina atingindo outro fim. |
| 2 - Concurso material | () | O agente, em vez de atingir a pessoa visada, alcança pessoa diversa, |
| 3 - Erro na execução | | em razão de desvio no golpe. |
| 4 - Concurso formal | | |
| 5 - Crime continuado | () | O agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes. |

A sequência numérica correta, de cima para baixo, da coluna da direita, é

- (A) 5 - 3 - 2
- (B) 3 - 4 - 5
- (C) 3 - 1 - 4
- (D) 1 - 4 - 5
- (E) 1 - 3 - 2

46. Considere as assertivas abaixo sobre extinção da punibilidade.

- I - É taxativo o rol das causas de extinção de punibilidade previsto no art. 107 do Código Penal.
- II - A anistia e o indulto se referem a fatos e pessoas determinados, respectivamente.
- III - A perda do direito de punir do Estado pelo não exercício em determinado lapso de tempo é causa de extinção da punibilidade.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

47. Considere as assertivas abaixo sobre os crimes definidos na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

- I - O Estatuto do Desarmamento faz distinção entre portar e possuir ilegalmente arma de fogo de uso permitido, sendo que o primeiro possui pena mais severa.
- II - O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é classificado como de perigo abstrato.
- III - O Estatuto do Desarmamento descriminalizou temporariamente a posse e o porte irregulares de arma de fogo.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

48. Com relação aos delitos previstos na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), considere as assertivas abaixo.

- I - São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo que com estas se possam confundir, sem qualquer exceção.
- II - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui orientação no sentido de que os crimes de receptação e porte ilegal de arma de fogo são autônomos e possuem momentos consumativos diversos, não havendo que falar, portanto, em consunção.
- III - A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) e do STJ é no sentido de que constitui fato típico o porte de arma em desacordo com determinação legal, desde que devidamente municiada a arma ou presente a posse de munição.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

49. Relativamente ao crime de tráfico de entorpecentes privilegiado de acordo com a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), considere as assertivas abaixo.

- I - Para a mitigação da pena pela incidência do § 4º do art. 33 dessa Lei, devem ser consideradas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal e, com preponderância, a natureza e a quantidade da droga, a personalidade e a conduta social do agente.
- II - Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a incidência da causa de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 dessa Lei afasta a equiparação do tráfico de drogas aos crimes hediondos.
- III - Segundo o STJ, há *bis in idem* quando considerada a quantidade de droga na fixação da pena-base e na determinação do grau de redução da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 dessa Lei.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

50. Relativamente aos delitos de violência doméstica previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), considere as assertivas abaixo.

- I - As agressões perpetradas de irmão contra irmã e de nora contra sogra se subsumem à Lei Maria da Penha.
- II - Processar e julgar maus-tratos cometidos pelos pais adotivos contra a filha criança não é de competência do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- III - Aplica-se aos crimes praticados com violência doméstica contra a mulher a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), quando a pena máxima prevista for inferior a 2 (dois) anos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

51. Sobre a ação penal, considere as assertivas abaixo.

- I - Na ação penal privada pelo delito de calúnia, a queixa-crime, além de observar os requisitos formais de elaboração e outorga de mandato específico, deve ser aforada dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime, ressalvada a queixa-crime subsidiária.
- II - É admissível, no processo penal, o perdão concedido ao querelado extrajudicialmente, não se exigindo ratificação em juízo.
- III - No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, prevalecendo, todavia, a vontade do primeiro dessa ordem.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

52. Considere as assertivas abaixo sobre competência.

- I - Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá primeiro a do local do juízo prevento.
- II - Para efeito de aplicação do princípio da extraterritorialidade da lei penal brasileira, nas infrações ocorridas fora do solo nacional, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado e, se nunca tiver residido no Brasil, o juízo da Capital da República.
- III - Nos processos da competência do Tribunal do Júri, havendo desclassificação para infração da competência do juiz singular, a este serão encaminhados os autos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

53. Considere as assertivas abaixo.

- I - A prisão cautelar, mesmo quando indeferido na sentença o direito de recorrer em liberdade, não pode se basear só na gravidade abstrata do crime reconhecido.
- II - O quebramento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- III - O *habeas corpus* interposto para contestar decreto de prisão temporária não perderá seu objeto mesmo se sobrevier decreto de prisão preventiva do paciente no curso da ação penal ou na sentença condenatória.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

54. Considere as assertivas abaixo sobre prisão.

- I - Recebendo o auto de prisão em flagrante, cumpre ao magistrado, alternativamente, relaxar a prisão, ou converter a prisão em preventiva (se presentes os requisitos legais e não for o caso de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão), ou conceder liberdade provisória.
- II - Para a concessão de medida cautelar diversa da prisão, impõe-se analisar a necessidade e a adequação.
- III - Na prisão domiciliar, consistente no recolhimento do acusado em sua residência, resta autorizado ao indiciado participar de cultos religiosos, independentemente de autorização judicial.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

55. Relativamente ao processo nos crimes de competência do Tribunal do Júri, considere as assertivas abaixo.

- I - Comprovada a existência do crime, mas havendo dúvidas quanto à autoria, já que fracos os indícios, cumpre ao magistrado impronunciar o réu, posto prevalente o princípio *in dubio pro reo*.
- II - Havendo incerteza quanto à existência da qualificadora do delito de homicídio, cumpre ao magistrado, na fase de pronúncia, afastá-la.
- III - Na decisão do recurso de apelação, o Tribunal de Justiça, na hipótese de redimensionamento da pena, não pode afastar a qualificadora reconhecida pelos jurados quando do julgamento perante o Tribunal do Júri.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

56. Relativamente às nulidades processuais, considere as assertivas abaixo.

- I - Vigora o princípio geral de que, inexistindo prejuízo, não se proclama a nulidade de ato processual, inobstante produzido em desconformidade com as formalidades legais.
- II - Para o réu sem procurador constituído e não lhe tendo sido nomeado defensor para defesa em audiência, a nulidade se impõe, exceto na hipótese de interpretação favorável a ele.
- III - Conforme determina o art. 212 do Código de Processo Penal, as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha. Não observado esse sistema, impõe-se a declaração de nulidade, desde que demonstrado o prejuízo.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

57. Considere as assertivas abaixo sobre recursos.

- I - Agravo é o recurso cabível da decisão que revogar a medida de segurança.
- II - É cabível apelação, no prazo de 5 (cinco) dias, da decisão do Tribunal do Júri, quando a decisão dos jurados contraria manifestamente a prova dos autos.
- III - Cabe recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o réu, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

58. Consoante dispõe a Constituição Federal, concede-se a *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Quanto a esse remédio impugnativo autônomo, considere as assertivas abaixo.

- I - A instrução deficiente não impede o seu conhecimento e, quicá, a concessão da ordem, já que resta autorizada a dilação probatória e não se exige a prova pré-constituída.
- II - A alegação de constrangimento por excesso de prazo na formação da culpa, se encerrada a instrução, não autoriza a concessão da ordem.
- III - Cabe impetrar *habeas corpus* para suscitar suspeição do juízo onde se processa a ação penal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

59. Tendo em vista o quadro constitucional relativo aos direitos fundamentais, considere as assertivas abaixo.

- I - As limitações constitucionais ao poder de tributar são direitos e garantias fundamentais do cidadão, mesmo fora do catálogo do Título II da Constituição Federal.
- II - O acesso a recursos do fundo partidário e ao uso gratuito dos meios de comunicação é exemplo de direito fundamental prestacional.
- III - Por ausência de cláusula expressa, não se reconhece às pessoas jurídicas a titularidade de direitos fundamentais.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

60. Em relação à liberdade de expressão e de imprensa, considere as assertivas abaixo.

- I - Em relação ao diploma de jornalismo, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que exigi-lo era desproporcional e violava a liberdade de expressão e informação.
- II - O STF, em decisão paradigmática, afirmou que a liberdade de expressão é direito absoluto.
- III - O STF, embora tenha reconhecido a incompatibilidade da Lei nº 5.250/1967 (Lei de Imprensa) com a Constituição Federal de 1988, considerou recepcionados alguns de seus dispositivos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

61. Sobre mandado de injunção, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) Os direitos constitucionalmente garantidos por meio de mandado de injunção apresentam-se como direitos à execução de um ato normativo, os quais não poderiam ser diretamente satisfeitos por meio de provimento jurisdicional.
- (B) A omissão inconstitucional pode referir-se tanto a uma omissão total do legislador quanto a uma omissão parcial.
- (C) A ação mandamental é simplesmente declaratória de omissão, sem permitir a execução.
- (D) Tratando-se de processo subjetivo, a decisão possui eficácia considerada a relação jurídica nele revelada.
- (E) O mandado de injunção não é meio próprio para ver-se declarada inconstitucionalidade por omissão de ato administrativo do Presidente da República.

62. Sobre mandado de segurança, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) Não há direito líquido e certo amparado por mandado de segurança, quando fundado em lei cujos efeitos foram anulados por outra declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) A impetração de mandado de segurança coletivo, por entidade de classe em favor dos associados, independe de autorização destes.
- (C) A controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, já que este exige o direito líquido e certo.
- (D) O prazo para a impetração do mandado de segurança é um só e se conta a partir da data da ciência do ato impugnado.
- (E) O mandado de segurança não é substitutivo da ação de cobrança.

63. Considere as assertivas abaixo sobre competência de acordo com a Constituição Federal.

- I - É competência privativa da União legislar sobre registros públicos.
- II - É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- III - Se autorizados por lei complementar, os Estados podem legislar sobre questões específicas relacionadas às matérias de competência privativa da União.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

64. No que tange ao processo legislativo e à organização do Estado segundo a Constituição Federal, assinale a assertiva correta.

- (A) Lei Municipal, de iniciativa do Prefeito Municipal, pode fixar ou modificar os efetivos das Forças Armadas.
- (B) Só é exigível lei complementar nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal.
- (C) A Câmara dos Deputados pode editar lei que crie cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica.
- (D) O *quorum* de aprovação para leis complementares é de maioria simples.
- (E) O Presidente da República, em caso de urgência e relevância, pode editar medida provisória que vise o sequestro de bens e poupança popular.

65. Em relação ao processo legislativo segundo a Constituição Federal, considere as assertivas abaixo.

- I - Os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República só podem ter início na Câmara dos Deputados.
- II - Se a proposta de emenda constitucional não for apresentada pelo Presidente da República, não haverá qualquer participação do Poder Executivo em sua tramitação.
- III - Na sessão conjunta destinada a apreciar o veto do Presidente da República, o voto dos parlamentares é aberto.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

66. Considere as assertivas abaixo sobre o Conselho Nacional de Justiça.

- I - Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- II - A função de Ministro-Corregedor, no Conselho Nacional de Justiça, pode ser exercida por qualquer um de seus membros.
- III - Nas ausências e nos impedimentos de seu Presidente, o Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça que integra o Conselho.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

67. Considere as assertivas abaixo.

- I - A competência privativa do Senado Federal de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal restringe-se ao controle incidental ou concreto de inconstitucionalidade.
- II - Com exceção de confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional e de partidos políticos com representação no Congresso Nacional, todos os demais legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade dispõem de capacidade postulatória especial, podendo praticar, no processo, quaisquer atos ordinariamente privativos de advogados.
- III - A arguição de descumprimento de preceito fundamental, inserida pelo poder constituinte originário, reforça o controle concentrado de constitucionalidade em detrimento do difuso.

Quais são corretas segundo a Constituição Federal?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

68. Acerca da saúde, direito de todos e dever do Estado, segundo a Constituição Federal (art. 196), assinale a assertiva correta.

- (A) O direito à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível, assegurada à generalidade das pessoas, encerrando um dever de todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro.
- (B) O dispositivo em questão encerra norma programática que depende de lei complementar para sua aplicação pelo Poder Judiciário.
- (C) O Município não pode ser condenado ao fornecimento de internação hospitalar por se tratar de matéria de alta complexidade, a ser suportada pelo Estado-Membro.
- (D) O Poder Judiciário não pode interferir no orçamento da Fazenda Pública, violando a harmonia dos Poderes, ao determinar o fornecimento de medicamento à pessoa necessitada.
- (E) É vedado à iniciativa privada participar da assistência à saúde.

69. Considere as assertivas abaixo sobre recursos no âmbito do Direito Eleitoral.

- I - Cabe ao juiz eleitoral, ao receber o recurso, fixar os efeitos em que o recebe.
- II - Dos atos, resoluções e despachos dos juízes eleitorais cabe agravo de instrumento.
- III - Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias contados da publicação do ato, resolução ou despacho.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

70. Considere as assertivas abaixo.

- I - Com base no teor da Lei Complementar nº 64/1990, as investigações judiciais que apurarem transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso de poder econômico ou político serão realizadas, nas eleições nacionais e municipais, pelo Corregedor-Geral e pelos Corregedores Regionais Eleitorais.
- II - As inelegibilidades eleitorais estão previstas na Constituição Federal bem como na Lei Complementar nº 64/1990.
- III - Na investigação judicial prevista na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) para apurar eventuais irregularidades na arrecadação e nos gastos de recursos, o procedimento adotado é o da Lei Complementar nº 64/1990.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

71. A *Disregard of Legal Entity* é a teoria da superação da personalidade jurídica da empresa, que teve sua aplicação consolidada no art. 50 do Código Civil. Em relação a esta teoria, considere as assertivas abaixo.

- I - Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica sempre que constituir obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- II - Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica sempre que constituir, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor.
- III - A infração à ordem econômica poderá ser motivo da aplicação desta doutrina quando houver da parte do responsável abuso de direito, excesso de poder, infração à lei, fato ou ato ilícito, ou violação dos estatutos ou contrato social.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

72. Assinale a assertiva correta sobre recuperação judicial.

- (A) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento de créditos oriundos da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes do trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.
- (B) O prazo para que o devedor apresente o plano de recuperação será de 90 (noventa) dias improrrogáveis, contados da data da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.
- (C) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis não acarreta a falência dos mesmos.
- (D) Apelação é o recurso a ser interposto contra a decisão que convolar a recuperação judicial em falência.
- (E) Deferido o processamento da recuperação judicial, suspender-se-á a tramitação da ação que demandar quantia ilíquida.

73. Assinale a assertiva correta sobre falência e recuperação judicial.

- (A) Na falência, os credores retardatários não perderão o direito a rateios eventualmente realizados nem ficarão sujeitos ao pagamento de custas.
- (B) O decreto de falência ou o deferimento do pedido de recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções movidas contra o devedor.
- (C) Os credores cujos créditos forem impugnados serão intimados para contestar a impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos vencidos, existentes na data do pedido.
- (E) O plano de recuperação judicial não implica novação dos créditos anteriores ao pedido.

74. Assinale a assertiva correta sobre títulos de crédito.

- (A) A duplicata sem aceite é título autônomo e abstrato, sendo desnecessário demonstrar o negócio que lhe deu origem.
- (B) O pagamento de um cheque somente pode ser garantido por aval no todo de seu valor.
- (C) O cheque emitido em favor de determinada pessoa com a cláusula "não à ordem" ou outra equivalente só é transmissível pela forma e com os efeitos de cessão ordinária.
- (D) Somente a letra de câmbio com aceite pode ser garantida por aval.
- (E) A duplicata é título de crédito e, causal ou fomal, segundo a natureza da dívida, dispensa a emissão de fatura, quando não corresponder à venda de mercadorias.

75. Assinale a assertiva correta sobre títulos de crédito.

- (A) A nota de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real.
- (B) Não se presume que o portador de uma nota promissória tenha mandato para inserir data e lugar de emissão do título, se não contiver esses requisitos, hipótese em que a promissória será inexistente.
- (C) O cheque pode ser avalizado, razão por que é possível ajuizar ação monitória contra o avalista de cheque prescrito.
- (D) A incapacidade do devedor principal que emite nota promissória implica nulidade do aval apostado no título.
- (E) No ato de protesto da letra de câmbio por falta ou recusa de aceite, o título pode ser aceito por terceiro, desde que haja aquiescência do detentor ou portador.

76. Em relação à retirada e admissão de sócios em uma sociedade limitada, quando do evento falimentar, estando totalmente integralizado o capital social, considere as assertivas abaixo.

- I - Tanto o sócio retirante quanto o sócio admitido ficam responsáveis, solidariamente, pelas obrigações anteriormente contraídas junto a terceiros, pelo prazo de 2 (dois) anos, após a averbação da alteração social.
- II - O sócio retirante exime-se totalmente da responsabilidade pelas obrigações junto a terceiros, após a averbação do respectivo instrumento na Junta Comercial, desde que prove a solvência das obrigações anteriores à sua retirada e que os credores tenham consentido expressamente ou, ainda, que esses mesmos credores tenham realizado novação ou continuado a negociar com a sociedade.
- III - A partir da data de seu ingresso, o sócio admitido por aumento de capital ou por cessão de quotas fica sujeito à responsabilidade ordinária desse tipo societário.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

77. Sobre os tipos de sociedades previstos no Código Civil, considere as assertivas abaixo.

- I - A sociedade em comum, classificada entre as sociedades não personificadas, é aquela que não tem contrato social inscrito na Junta Comercial.
- II - Uma das sociedades não personificadas é a sociedade em conta de participação. De duração efêmera, este tipo se amolda à figura do contrato de investimentos e se apresenta sob inúmeras combinações entre os contratantes, ora ocultando os financiadores, ora registrando-os nas corporações.
- III - As sociedades limitadas, além das regras próprias previstas no Código Civil e no contrato social, regem-se, nas omissões, pelas normas da sociedade simples e, supletivamente, pelas regras das sociedades anônimas.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

78. Em relação às sociedades anônimas, considere as assertivas abaixo.

- I - As companhias fechadas, independentemente do número de acionistas, não oferecem, por intermédio de entidades legalmente autorizadas a negociar no mercado mobiliário, suas ações ao grande público.
- II - Quanto à forma, as ações podem ser ordinárias, preferenciais e de fruição.
- III - As debêntures, as partes beneficiárias e os bônus de subscrição, além dos *commercial papers*, são títulos que podem ser emitidos pelas sociedades anônimas.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

79. Com base na teoria da empresa, considere as assertivas abaixo.

- I - Economidade é a criação de riqueza e de bens ou serviços patrimonialmente valoráveis, com vistas à produção ou à circulação de bens e serviços.
- II - O estabelecimento empresarial é o local exato onde o empresário exerce a sua atividade.
- III - As sociedades simples são aquelas classificadas como atividades lucrativas não empresariais.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

80. Que tributo, dentre os abaixo, admite, por sua natureza, a transferência do encargo financeiro?

- (A) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias
- (B) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
- (C) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza
- (D) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação
- (E) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores

81. Sobre taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, assinale a assertiva correta.

- (A) Sendo a segurança pública dever do Estado e direito de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, pode o Estado-Membro instituir taxa pela utilização desse serviço.
- (B) A taxa de lixo instituída como contraprestação do serviço público de remoção de detritos domiciliares pode ter a base de cálculo própria do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (C) A taxa de iluminação pública, tendo como fato gerador serviço inespecífico e não mensurável, pode ser instituída pela União.
- (D) Os serviços telefônicos, telegráficos e de distribuição de gás são remunerados mediante taxa porque, não utilizados, disso não resulta dano ou prejuízo à comunidade.
- (E) O serviço público que dá ensejo ao nascimento da taxa há de ser específico, isto é, quando possa ser separado em unidades autônomas de intervenção da autoridade, ou de sua utilidade, ou de necessidade pública, que o justificou.

82. Assinale a assertiva **incorreta** sobre fato gerador segundo a legislação tributária.

- (A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.
- (B) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal.
- (C) A lei tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e pendentes, não retroagindo para alcançar qualquer ato ou fato pretérito, mesmo que deixe de defini-los como infração.
- (D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção.
- (E) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

83. Constitui(em) fato gerador do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

- (A) a propriedade predial e territorial urbana.
- (B) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (C) as operações relativas à energia elétrica.
- (D) as operações de crédito, câmbio e seguro.
- (E) os serviços de qualquer natureza definidos em lei complementar.

84. Com relação ao direcionamento da execução fiscal, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) O sócio que não exerce a gerência da sociedade pode ser responsabilizado pelos débitos fiscais até a sua saída da empresa, com a baixa na Junta Comercial.
- (B) A falência da empresa, constituindo-se em modo regular de extinção da sociedade, não autoriza o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio-gerente da pessoa jurídica devedora do Fisco.
- (C) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para seu sócio-gerente.
- (D) A meação do cônjuge somente responde pelo ilícito fiscal quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.
- (E) Mesmo não constando o nome do sócio na certidão de dívida ativa (CDA), pode a execução fiscal ser contra ele direcionada, no caso de dissolução irregular da sociedade.

85. Considere as medidas judiciais abaixo.

- I - O depósito em dinheiro do montante integral do crédito tributário
- II - A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em ação judicial
- III - A propositura de ação anulatória de lançamento fiscal

Quais delas suspendem a exigibilidade do crédito tributário?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

86. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva. A prescrição **não** se interrompe

- (A) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (B) pelo lançamento, notificado pessoalmente o sujeito passivo.
- (C) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- (D) por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora.
- (E) pelo protesto judicial.

87. Considere os fatos e os atos abaixo.

- I - Prescrição e decadência
- II - Pagamento antecipado e homologação do lançamento
- III - Conversão de depósito em renda

Quais deles extinguem o crédito tributário?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

88. A Constituição Federal considera o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Sobre a competência de o Poder Público preservá-lo e defendê-lo, considere as assertivas abaixo.

- I - A competência executiva é comum aos três níveis de Governo.
- II - A competência legislativa é privativa da União.
- III - Aos Estados cabe suplementar a legislação federal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

89. As atividades de uma indústria em área pré-ocupada foram consideradas, diante de nova legislação, potencialmente causadoras de dano ao meio ambiente, não podendo a Administração Pública, nesse caso,

- (A) paralisar sumariamente as atividades.
- (B) exigir estudo de impacto ambiental.
- (C) impedir a ampliação do que está em desconformidade.
- (D) exigir equipamentos redutores da poluição.
- (E) desapropriar.

90. Considere os tipos de responsabilidade propostos abaixo.

- I - Responsabilidade administrativa
- II - Responsabilidade civil
- III - Responsabilidade criminal

Quais deles podem ser gerados a partir da comprovação de um dano ecológico?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

91. Considere as assertivas abaixo sobre licitações.

- I - Na modalidade concorrência, a segunda fase do procedimento da licitação é a habilitação, na qual ocorrem o recebimento, a abertura e a apreciação dos envelopes contendo a documentação e a proposta, sempre em ato público.
- II - Na modalidade concurso, o julgamento deve ser feito por comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria, não havendo necessidade de serem servidores públicos, conforme dispõe a legislação sobre a matéria.
- III - A Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) prevê a possibilidade de revogação da licitação, por razões de interesse público, somente em virtude da ocorrência de fatos supervenientes, dispensando-se a motivação por tratar-se de exercício de competência discricionária.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

92. Considere as assertivas abaixo sobre os atos administrativos.

- I - A autoexecutoriedade é importante atributo dos atos administrativos, segundo o qual o ato praticado pela Administração Pública pode ser executado pela própria autoridade competente para a prática do ato administrativo, sem necessidade de autorização do Chefe do Poder Executivo.
- II - A competência para a prática de atos administrativos pode ser objeto de delegação, desde que não se trate de competência atribuída a determinado órgão ou agente de modo exclusivo.
- III - Considerando a possibilidade da responsabilidade extracontratual do Estado por atos lícitos, a doutrina majoritária entende que, via de regra, cabe indenização em virtude da revogação de atos administrativos.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

93. Considere as assertivas abaixo sobre os servidores da Administração Pública.

- I - Em relação ao regime jurídico, se configura vacância quando o servidor desvincula-se do cargo, podendo ocorrer, dentre outras hipóteses, nos casos de promoção e falecimento.
- II - Exoneração é modalidade de sanção administrativa disciplinar aplicável aos titulares de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão.
- III - A Emenda Constitucional nº 19/1998 introduziu modificações significativas no regime jurídico dos servidores da Administração Pública, dentre as quais a inclusão expressa do princípio da isonomia (§ 1º do art. 39 da Constituição Federal).

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

94. Considere as assertivas abaixo sobre os servidores da Administração Pública.

- I - No que tange ao regime jurídico de remuneração dos servidores públicos, serão obrigatoriamente remunerados por subsídio os organizados em carreira.
- II - A jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal entende que não cabe ao Poder Judiciário, em virtude do princípio da separação de Poderes e da prevalência da discricionariedade administrativa, controlar a regularidade dos atos normativos que criam cargos de provimento em comissão, com base na proporcionalidade.
- III - O servidor público não pode receber remuneração inferior ao valor do salário mínimo; conforme entendimento jurisprudencial, para o cálculo deste valor deve-se considerar o total da remuneração percebida pelo servidor público.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

95. Considere as assertivas abaixo sobre os servidores da Administração Pública.

- I - A Emenda Constitucional nº 19/1998 incluiu a seguinte regra no regime jurídico dos servidores da Administração Pública: os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público somente serão vedados quando se tratar de acréscimos pagos sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- II - A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- III - O Supremo Tribunal Federal entende que somente após a edição da Emenda Constitucional nº 19/1998 é constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

96. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), considere as assertivas abaixo.

- I - O servidor público que permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente, ensejando perda patrimonial dos bens ou haveres de uma autarquia municipal, incorre na prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- II - O ressarcimento do dano é importante sanção prevista nessa Lei, devendo ser aplicada de forma graduada somente nas hipóteses dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- III - Nos termos do entendimento jurisprudencial majoritário do Superior Tribunal de Justiça, com base no princípio da tipicidade, as disposições da Lei de Improbidade Administrativa somente podem ser aplicadas para agentes públicos, não alcançando terceiros estranhos ao serviço público.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

97. Considere as assertivas abaixo sobre responsabilidade extracontratual do Estado.

- I - A teoria da culpa anônima do serviço, conforme entendimento majoritário da doutrina, deve ser utilizada para justificar as hipóteses de responsabilidade extracontratual do Estado por ato lícito, considerando a ausência de previsão no § 6º do art. 37 da Constituição Federal.
- II - Em relação às pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos, a responsabilidade extracontratual do Estado, prevista no § 6º do art. 37 da Constituição Federal, não incide quando os danos decorrerem de serviço público prestado por empresas permissionárias, em virtude do caráter discricionário da delegação.
- III - A doutrina administrativista, majoritariamente, admite a responsabilidade extracontratual do Estado em virtude de atos normativos do Poder Executivo com vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

98. Considere as assertivas abaixo sobre bens públicos.

- I - O uso privativo de um bem público de uso especial, conforme a sua destinação principal, deverá obedecer às regras legais do regime jurídico, sendo que a outorga poderá ocorrer mediante a concessão de uso.
- II - Os bens públicos dominicais, para serem alienados, têm de ser previamente desafetados, observadas as exigências da lei, bem como é necessário realizar o devido processo de licitação na modalidade tomada de preços.
- III - A doutrina e a jurisprudência majoritárias entendem possível, para fins de alienação de bens públicos, desde que existente interesse público devidamente justificado, a desafetação de bens públicos pelo não uso.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

99. Considere as assertivas abaixo sobre contratos administrativos.

- I - No regime jurídico dos contratos administrativos, a Administração Pública possui a prerrogativa de rescisão unilateral do contrato, dentre outras hipóteses, quando ocorrer caso fortuito e força maior, sendo que nestes casos, quando não houver culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamente comprovados que houver sofrido.
- II - Alteração unilateral é uma das prerrogativas da Administração Pública, utilizada para possibilitar a melhor adequação às finalidades de interesse público, sendo que o regime jurídico das cláusulas exorbitantes apenas admite a possibilidade de alterações qualitativas.
- III - A Administração Pública possui o dever de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, podendo cumprir este dever por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a esta atribuição.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

100. Considere as assertivas abaixo sobre desapropriação.

- I - Decorrido o prazo de caducidade de 5 (cinco) anos da declaração de utilidade pública, o Poder Público perde definitivamente o poder de desapropriar o mesmo bem objeto da desapropriação, não sendo possível renová-la.
- II - As hipóteses de desapropriação por utilidade pública, considerando o interesse público, não são taxativas, pois a doutrina majoritária sobre a matéria entende que os atos administrativos podem prever outros casos de desapropriação, além dos expressos na legislação que regula o instituto, especialmente após a edição da Emenda Constitucional nº 32/2001.
- III - No regime jurídico brasileiro, podem promover a desapropriação, dentre outras entidades, os estabelecimentos que exerçam funções delegadas do Poder Público, quando autorizados por lei ou contrato.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III